



A NOTÍCIA

Gestão de JHC cancela contrato com empresa denunciada por Fábio Costa



Vereador Fábio Costa denunciou um possível esquema de corrupção

É NO LIXO QUE ESTÁ O OURO

Vereadores recebem denúncia de contratação por carta marcada

Cícero Almeida faz escola e Luciano Barbosa terá sua própria Máfia do Lixo

IMPERIO CAINDO



Collor dá calote em trabalhadores; senador deve R\$ 450 mil a um único funcionário

COVID-19

Prefeitura de Maceió teve que fazer balanço sobre investimentos contra pandemia

MPF cobra informações sobre uso de recursos federais a Rui Palmeira



Cadê o Dinheiro Que Tava Aqui?!

Conforme documento expedido pela Prefeitura de Maceió, até o mês de agosto, a capital recebeu o montante de R\$ 47,7 milhões para o combate à covid.

VERGONHA

Deputado Arthur Lira qualifica crise de Covid-19 no Brasil de vexame internacional

R\$ 50 MIL

Congresso Nacional garante indenização a profissionais de saúde vítimas da covid-19

EM ULTIMO DISCURSO

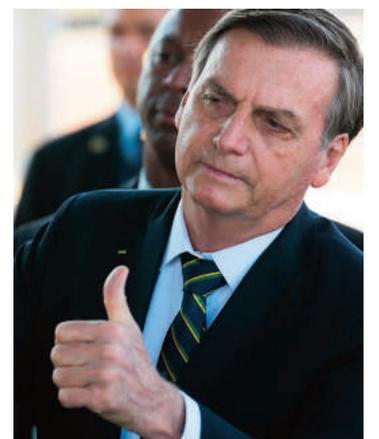
Senador morreu na quinta-feira após luta contra a covid-19

Major Olimpio disse que mãe de Renan foi vítima do negacionismo



Bolsonaro evita comentar morte de ex-amigo

Calheiros diz que CPI contra governo federal sairá do papel





IRRESPONSÁVEL

Ainda existem pessoas que não se previnem contra a covid-19. E pior, colocam em risco a vida de outros. É o caso do vereador de Murici Abimael Pessoa. Ele reuniu cerca de 200 pessoas para glorificar sua eleição, entretanto, não respeitou o distanciamento social, o uso de máscara e a distribuição de álcool gel. Resultado: Maria das Dores, mais conhecida como Dona Dôra faleceu, infelizmente, em razão de contrair covid-19 durante o evento. O fato aconteceu na tarde do último sábado (13/3). Após o evento religioso realizado pelo parlamentar, dezenas de pessoas que estiveram lá, a pedido de Abimael, apresentaram sintomas, inclusive, alguns graves que superlotaram o hospital local.



ASSASSINO 1

Ódio, frieza, crime planejado, três alvos e uma vida ceifada. Os elementos caracterizam o italiano Pasquale Palmieri, denunciado, nessa quinta-feira (18) pelo Ministério Público de Alagoas (MPAL), por meio da 9ª Promotoria de Justiça da Capital. Os promotores de Justiça, Rodrigo Soares e Dênis Guimarães, pedem a manutenção da prisão preventiva até que o réu seja levado a júri popular pelo assassinato do bacharel em Direito, José Benedito Alves de Carvalho, bem como pela tentativa de feminicídio contra a ex-mulher do denunciado, e outra tentativa de homicídio contra a advogada desta, Maricélia Schlemper.

ASSASSINO 2

Na denúncia, os promotores destacam as qualificadoras diante da ação criminosa para cada vítima. Contra José Benedito da Silva, o crime de homicídio consumado, por motivo torpe, visto que Pasquale Palmieri nutria ódio por sua ex-mulher e pela advogada dela, Maricélia Schlemper, que seriam os alvos iniciais do denunciado, o qual, por não lograr êxito em assassiná-las, já que José Benedito agiu rapidamente para salvar

a vida de sua esposa, o denunciado, por vingança, deflagrou dois disparos contra José Benedito, que faleceu antes mesmo de chegar ao hospital. Além disso, o crime foi praticado mediante recurso que impediu qualquer defesa da vítima, a qual estava desarmada, enquanto o criminoso, de forma planejada, já havia abordado as vítimas com uma arma escondida na cintura, de forma dissimulada, fingindo cordialidade – diz a denúncia.

LIVRE

Biu de Lira, ex-senador por Alagoas, teve seu processo “Quadrilhão do PP” arquivado pela justiça do Distrito Federal. A denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal (MPF), ainda em setembro de 2017, acusava o alto escalão do Partido Progressista (PP) de praticarem crimes contra os órgãos da Administração Pública. Os alvos foram a Petrobras, a Caixa Econômica Federal e o

Ministério das Cidades. A decisão foi do juiz Frederico Botelho de Barros Viana, auxiliar da 10ª Vara Federal do DF. O magistrado disse entender que não existem provas o suficiente para ligar Biu de Lira ao suposto esquema. Ainda de acordo com o processo, o “esquema beneficiou indevidamente, por mais de uma década, o núcleo político do PP na organização criminosa”.

O que você faria?



O que faria se você fosse ele? O que você faria se fosse um governador? Seguiria o que o presidente fala e assumiria a responsabilidade pelas mortes causadas pela covid-19? É melhor morrer intubado devido a um vírus ou passar necessidades devido à economia? Quem lê comentários nas redes sociais sobre o que deveria ou não ser feito parece que a internet está repleta de especialistas. Mas, não! A maioria dos comentários são de pessoas mal-dosas, sem instrução e ignorantes.

Ah, mas o estado recebeu milhões de reais! Meu caro, vírus não é subornável. Vírus não quer saber quanto dinheiro veio de Brasília. Não adianta nada aumentar o número de leitos se aumenta o número de pacientes. O fim da pandemia é a vacina. Enquanto a população não se imunizar, o mundo continuará

assim: mascarado, com mortes.

Bolsonaro é um ser repugnante que se o Brasil fosse um país sério, esse senhor nunca estaria no poder. Ele quer que as pessoas vão às ruas para morrer. Sobre o auxílio emergencial, ele diz que irá quebrar o país. Em contraponto, a União perdoa dívidas bilionárias de igrejas, principal reduto eleitoral do presidente.

O Brasil é mais uma vez cha-

cota nacional. Nosso país consegue ser atrasado e ignorante em quase tudo. Obrigado aos eleitores!

Na Assembleia Legislativa de Alagoas não falta doutores de economia e infectologistas. Tudo que Renan Filho faz para proteger a população, essa trupe faz questão de botar defeito. E qual a solução para eles? Seguir os passos tortos de Bolsonaro.



ARTIGO



A Xícara do Padre

Às vésperas de completar 88 anos, o renomado médico-escritor Judá Fernandes de Lima - natural de Viçosa - radicado na próspera Arapiraca, estreou na literatura alagoana com o cobiçado livro A Xícara do Padre, prefaciado pelo inquilino da Casa de Demócrito Gracindo J. F. da Costa Filho que expôs as qualidades do primo. E por isso deve-se reproduzir sua prosa.

“Judá Fernandes embora confessando-se inexperiente nos trâmites da arte literária, cuidou de bem arrumar o material de que dispunha e, agora, oferece ao leitor um conjunto de interessantes histórias. A sua narrativa é agradável, límpida e corrente como as águas dos riachos em que se banhou, em sua infância, nas fazendas dos familiares, lá na velha Viçosa e Paulo Jacinto”.

Filho da querida tia Gertrudes Magna Lima da Costa, irmã de minha saudosa genitora Maria Veiga Rocha (in memoriam), her-

dou da matriarca a arte de escrever. Aliás, ambas eram leitoras dos clássicos como Graciliano Ramos. E, por conseguinte, puxei a “Naninha” o sabor das letras, mesmo residindo na Fazenda Cavaco. Dela conquistei a busca pelo saber, a honestidade, e, sobretudo, a ética.

Outrossim, o primo-irmão tornou-se o escritor das Famílias Veiga-Costa-Lima-Fernandes na contemporaneidade. Fora premiado em vários concursos literários em plagas deste Brasil abençoado por Deus. Beirando seus merecidos noventa anos, torna-se o neto mais longo do pecuarista José Luís da Veiga Lima (18/05/1870 - 25/01/1945). Cujos restos mortais encontram-se enterrado dentro da Capela de São Lourenço, edificada pelo nosso trisavô Lourenço Ferreira de Melo Sucupira da Veiga, fundador da então Villa Lourenço, hoje, Paulo Jacinto.

A Xícara do Padre

Machadinho, pertencia outrora ao pároco da Terra do Menestrel das Alagoas, o talismã japonês passou a abrilhantar a mansão da escritora/assistente social Almira Fernandes, cara-metade desse excelso médico que serviu à Terra de Manoel André, bem como às cidades circunvizinhas.

O autor é membro efetivo da Acala – Academia de Letra e Artes de Arapiraca, da vetusta Associação Alagoana de Imprensa, bem como de outros sodalícios de relevo. Focado na medicina e, ao mesmo tempo, um literato a serviço da cultura nordestina com o um todo. Desde cedo foi agraciado com sua privilegiada memória. Outras obras brotaram de sua excelsa inteligência.

O noventão neto do capitão Cazuzu, merece toda a atenção dos integrantes do clã dos Veiga de Paulo Jacinto. Dessa forma, comemorar-se-á a efeméride em grande estilo. Salve 25.03.2021!!!

EXPEDIENTE

Wellington Sena
Diretor Geral
artsenna10@gmail.com

Lourdes Lucena
Diretora Administrativa
lourdeslucenasantos@gmail.com

Fernando Martins
Editor Geral
josefernandomartins@gmail.com



WWW.ANOTICIAALAGOAS.COM.BR

O jornal A Notícia é uma publicação semanal - Endereço para correspondência:
Av. Menino Marcelo, nº 140, Condomínio Park Shopping, Bloco 01,
Apto 101, Cidade Universitária, Maceió-AL - CEP 57073-470
CNPJ: 27.649.153/0001-10 Fone: (82) 99907-9975

Os artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião deste jornal.

FAÇA A SUA ESCOLHA:



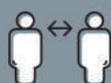
() USAR MÁSCARA



() USAR RESPIRADOR



Apesar dos esforços do Governo do Estado, Alagoas regrediu de fase no plano de distanciamento controlado. Mais do que nunca, é preciso manter os cuidados com a saúde. Evite aglomerações. Higienize as mãos com sabão ou álcool 70 e use sempre a máscara.



Distanciamento



Máscara



Higienização

Para mais informações, acesse:

[SAUDE.GOV.AL](https://saude.gov.al)

FATOS EM FOCO

Com *Willames de Melo*



NOVA LIDERANÇA SURGINDO

A jovem competente Gabriela Gonçalves tem se destacado e vem surgindo como uma nova liderança política no município de Rio Largo. Ela é filha do atual gestor da cidade, mas tem conseguido separar esse laço familiar e tem ganhado espaço por sua competência e habilidade junto a administração e a classe política. Gabi como carinhosamente é chamada poderá ser uma aposta para as próximas eleições a nível estadual.

VACINAÇÃO EM ALTA

O município de Maceió já imunizou quase 55 mil idosos e trabalhadores da saúde. Com a ampliação da vacinação para o público de 74 anos ou mais, a capital chegou ao recorde de imunizados em um único dia, vacinando 3118 pessoas.

INDICAÇÃO IMPORTANTE

O Vereador e presidente da Câmara do município de Rio Largo Jefferson Alexandre (PDT) indicou em sessão virtual e foi aprovado pelos demais vereadores que compõem o legislativo da cidade, a inscrição no consórcio público de aquisição de vacinas contra o covid-19 no município da Região metropolitana. Preocupado com o aumento de casos dessa pandemia do novo coronavírus, o vereador tem se esforçado para colaborar com ações imediatas de prevenção a vida da população riolarguense.

CEASA CONTRA A COVID

O Governo de Alagoas publicou no Diário Oficial, alterações no Decreto de enfrentamento da pandemia e colocou todo o Estado na fase vermelha. Aumentando os cuidados e as restrições em vários setores. E com o objetivo de somar forças no combate a covid-19, o IDE-RAL – Instituto de Desenvolvimento Rural e Abastecimento de Alagoas e a Vigilância Sanitária de Maceió, participaram de uma reunião. Em pauta, medidas sanitárias que devem ser implementadas de imediato para evitar o aumento do número de casos de coronavírus e trazer mais segurança pra quem circula e ou trabalha na Ceasa.

NOVA RODADA DO AUXÍLIO

A nova rodada de pagamentos do auxílio emergencial deve contemplar 45,6 milhões de pessoas e terá um custo de R\$ 43 bilhões ao governo federal. Em Medida Provisória assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, o Executivo detalhou como funcionará a extensão do benefício e informou que ele será distribuído nos próximos quatro meses, com parcelas de R\$ 150 a R\$ 375, a depender da composição da família beneficiária, valores bem abaixo dos R\$ 600 originais do auxílio distribuído ao longo de 2020.

MAFIA DA METRALHA

Suposto esquema criminoso surgiu durante gestão de Rui Palmeira

Gestão de JHC cancela contrato com empresa denunciada por Fábio Costa

A Secretaria Municipal de Infraestrutura de Maceió (Seminfra) suspendeu o contrato com a empresa Aliança Usina de Entulhos, que é alvo de investigação do Ministério Público de Alagoas por supostos crimes ambientais. Situada no bairro Santos Dumont, a empresa deveria fornecer resíduos de construção civil triturados para a Prefeitura de Maceió, mais conhecido como “metralha”.

À imprensa, o secretário de Infraestrutura da capital, Nemer Ibrahim, informou que a suspensão se deu porque a empresa está sem cumprir o fornecimento material, que deve ocorrer de maneira gratuita para o Município. Agora, o serviço será realizado por meio da Central de Tratamento de Resíduos (CTR) de Maceió, localizada no Benedito Bentes.

No dia 2 de março, o vereador



dor e delegado Fábio Costa (PSB) denunciou um suposto esquema de corrupção na gestão de Rui Palmeira, que gerou um prejuízo de mais de R\$ um milhão aos cofres públicos, além de crime ao meio ambiente, com a contaminação e poluição de uma Área de Proteção Ambiental (APA).

Em ofício enviado ao administrador e sócio da empresa

Aliança, o secretário afirmou que, caso seja comprovado algum dano ao interesse do município de Maceió, a recomposição será cobrada em momento oportuno. Além disso, a empresa fica obrigada a corrigir possíveis problemas ambientais e deverá restituir a área que ocupa para o Município, após ficar comprovado que os danos foram sanados.



Páscoa

MIX



2 MIX SUNDARES DE

~~R\$ 24,00~~

R\$ 21,00

POR

MR. SHAKE PAJUÇARA - AV. DR. ANTONIO GOUVEIA, Nº 475 - SALA 01



siga nossas redes sociais

PRODUTO PARTICIPANTES

Mix Privilégio, Diamante Mix e Mix Ferrerô Rocher Especial.

IMPÉRIO CAINDO

Senador luta para que Organização Arnon de Mello não entre em falência

Collor dá calote em trabalhadores; senador deve R\$ 450 mil a um único funcionário

Quem diria que a OAM (Organização Arnon de Mello) estaria à beira da falência. Nesta semana, saiu na imprensa nacional detalhes sobre o processo de recuperação judicial, o conglomerado de comunicação da família Collor de Mello em Alagoas —que tem o senador Fernando Collor (Pros-AL) como principal acionista. Collor, conforme publicado em reportagem do UOL, corre contra o tempo para

fechar acordos com a lista de devedores e evitar que os credores decretem a falência das empresas. Os administradores indicados pela Justiça levantaram uma dívida da empresa com 501 credores em um valor total de R\$ 66,3 milhões. Eles decidirão, em assembleia nos próximos meses, o destino do grupo, que inclui, entre outros veículos de comunicação, a afiliada da TV Globo no estado.

O A Notícia teve acesso a lista de dívidas trabalhistas que Collor coleciona. Tem trabalhador que deverá receber quase meio milhão de reais do senador. Para outros, Collor deve um pouco menos: R\$ 300 mil, R\$ 400 mil, R\$ 90 mil. O relator do processo no Superior Tribunal de Justiça é o ministro Ricardo Villas Bôas Cueva. Os débitos apurados com credores, porém, são apenas a ponta de um



iceberg de uma dívida gigantesca da OAM. Ainda segundo os administradores, existe um débito acumulado no valor de R\$ 177 milhões. O processo de recuperação judicial do grupo, pedido em setembro de 2019, engloba nove empresas. Caso a falência seja decretada, os credores passam a administrar a chamada massa falida para tentar viabilizar o pagamento das dívidas.

Somente entre trabalhadores, há 218 na lista de credores. A maioria é de demitidos que levaram calote de verbas rescisórias. Nem mesmo os acordos homologados na Justiça estavam sendo cumpridos. É com esses ex-trabalhadores que o grupo deve enfrentar mais dificuldades na assembleia. Em junho de 2019, a empresa enfrentou uma greve de jornalistas no estado contra a redução do piso salarial em

40%. Um dia após o fim da paralisação, pelo menos 15 profissionais que aderiram ao movimento foram demitidos, o que gerou, além de débitos trabalhistas, uma série de indenizações por danos morais por descumprimento de obrigações previstas na Justiça.

"Quem foi demitido fechou um acordo bom para eles na esperança de receber o valor. Quem tinha débito de R\$ 400 mil, por exemplo, fechou por menos de R\$ 200 mil. Mesmo assim, nunca pagaram. Agora, estão fazendo propostas com valores ainda menores. Tem colega com acordo de R\$ 100 mil, e a empresa está oferecendo R\$ 30 mil para pagar em dez dias, na tentativa de evitar a votação contra a falência", diz uma das profissionais demitidas ao UOL.



INVESTIGAÇÃO

Vereadores recebem denúncia de contratação por carta marcada

Cícero Almeida faz escola e Arapiraca terá sua própria Máfia do Lixo

Como o A Notícia já tinha antecipado, parece que vai cair chuva forte na gestão de Luciano Barbosa, prefeito de Arapiraca. Dia 11 de março de 2021 seria o último dia de contrato da empresa Eleva Soluções Ambientais Ltda. junto à Prefeitura Municipal de Arapiraca. Porém, chegou denúncia de indício de que Barbosa tentou ludibriar os vereadores que fiscalizam possíveis irregularidades modificando o contrato de coleta do lixo, como a diminuição do valor e sucessão das empresas.

O fato reforçou suspeitas de possível 'Máfia do Lixo em Arapiraca'. Coincidentemente, no mesmo

dia, a Prefeitura fez a publicação em diário oficial dos municípios do estado de Alagoas da dispensa de licitação sob nº 3789/2021, sem abertura pública para apresentação de propostas, em favor da empresa Ciano Soluções Ambientais Ltda., uma das empresas do conglomerado chefiado pelo empresário Antônio Tarcísio da Silva.

Em pesquisas realizadas foi identificado que Antônio Tarcísio da Silva também é proprietário das empresas Eleva Ambiental e Limpel, que anteriormente foram contratadas pela Prefeitura Municipal. O contrato anterior estava em fase

de 'excepcionalidade'. Ao adentrar em seu mandato, o prefeito foi informado da existência de um processo licitatório com o intuito de contratar empresa para tal serviço.

Ciente disso, teria cancelado o mesmo e preferiu optar pela contratação emergencial e abriu um novo processo licitatório sob o nº 1999/2021. Na publicação do termo de ratificação no dia 11 de março, o valor global da dispensa é de R\$ 13.394.504,40 (treze milhões, trezentos e noventa e quatro mil, quinhentos e quatro reais e quarenta centavos).

Após movimentações dos par-

lamentares da cidade com intuito de fiscalizar tal contrato, para surpresa de todos, no dia de hoje 18 de março, a prefeitura divulgou uma renegociação com a empresa contratada baixando o valor do contrato para a quantia de R\$ 12.732.396,00 (doze milhões, setecentos e trinta e dois mil e noventa e seis reais, uma economia de R\$ 662.108,40 - seiscentos e sessenta e dois mil, cento e oito reais e quarenta centavos). Em seguida faz a publicação do extrato do contrato confirmando a contratação da empresa.

O caso deverá parar no Ministério Público, como explicou um dos

vereadores da Câmara à reportagem.

MÁFIA

A Máfia do Lixo de Maceió foi um esquema de favorecimento a empresas de coleta do lixo ocorrida durante a gestão de Cícero Almeida à frente da prefeitura de Maceió entre 2005 e 2012, investigada pelo Ministério Público e que gerou a Ação Penal nº 956/2015. O esquema foi denunciado em 2005 pelo então vereador Marcos Alves, falecido em 2011. O prejuízo aos cofres públicos foi estimado em R\$ 200 milhões.

COVID-19

Prefeitura de Maceió teve que fazer balanço sobre investimentos contra pandemia

MPF cobra informações sobre uso de recursos federais a Rui Palmeira

A Secretaria Municipal de Saúde de Maceió (SMS) teve que se explicar ao Ministério Público Federal (MPF) sobre o uso das verbas destinadas ao combate do novo coronavírus na capital. A investigação é de 2020, ano que iniciou a pandemia, durante a gestão do ex-prefeito Rui Palmeira. O MPF pediu informações a respeito da instituição de centros para enfrentamento à covid-19 em caráter excepcional e temporário, considerando o cenário emergencial de saúde pública de importância internacional.

Conforme documento expedido pela Prefeitura de Maceió, até o mês de agosto, a capital recebeu o montante de R\$ 47,7 milhões para o combate à covid. Em fevereiro deste ano, os Ministérios Públicos Federal e do Estado de Alagoas (MP/AL) expediram Nota Técnica conjunta definindo suas atuações, no âmbito do combate à corrupção, quanto à fiscalização de verbas públicas transferidas pela União aos Estados e Municípios no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS –, especialmente, em razão do enfrentamento à emergência de saúde pública decorrente da pandemia do novo coronavírus.

Pelo documento, define-se que os recursos alocados ao SUS e repassados pela União a Estados e Municípios, por intermédio dos Fundos de Saúde, não se incorporam ao patrimônio dos entes beneficiados

Pelo documento, define-se que os recursos alocados ao SUS e repassados pela União a Estados e Municípios, por intermédio dos Fundos de Saúde, não se incorporam ao patrimônio dos entes bene-

ficiados, ao passo que também não continuam vinculados, de modo definitivo, ao patrimônio da União – embora mantenham a natureza federal enquanto não comprovada a sua efetiva e regular aplicação, e integram o patrimônio do SUS, uma vez que ficam atrelados à realização das ações e serviços públicos de saúde pactuados pelos entes federados, cuja execução descentralizada fica a cargo do Fundo de Saúde instituído e mantido pelo ente beneficiário.

Sobre os questionamentos do MPF sobre a verba enviada, a SMS informou que havia dinheiro nas contas da prefeitura antes do depósito do governo federal de verba para a pandemia: "Existiam recursos disponíveis nas contas deste Fundo Municipal de Saúde anteriores aos repasses federais". O documento assinado por Angela Oliveira Santos detalha as contas bancárias da Prefeitura de Maceió que teriam recebido o dinheiro.

Os recursos repassados pela União para Estados e Municípios por meio dos Fundos de Participação de Estados (FPE) e Municípios (FPM), com o objetivo de mitigar as dificuldades



financeiras decorrentes do estado de calamidade pública e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19), incorporam-se ao pa-

trimônio dos entes beneficiados e quaisquer desvios de tais recursos atrairão a atuação do MP Estadual e, em consequência, a competência da Justiça Estadual.

Cadê o Dinheiro Que Tava Aqui?!

Conforme documento expedido pela Prefeitura de Maceió, até o mês de agosto, a capital recebeu o montante de R\$ 47,7 milhões para o combate à covid.

VERGONHA

Na quarta-feira, o país registrou 2.736 mortes, o segundo maior valor registrado na pandemia

Arthur Lira qualifica crise de Covid-19 no Brasil de vexame internacional



“Não há outras medidas hoje que não sejam facilitar a compra de vacinação, o aumento de leitos e o aumento de vacinas”, disse. “Os brasileiros precisam ter esse conforto, e nós precisamos evitar essa agonia e esse vexame internacional”

Com discurso em defesa da união entre os Poderes e sem querer apontar culpados, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou nesta quinta-feira (18) que é preciso ampliar a vacinação e aumentar o número de leitos para “evitar essa agonia e esse vexame internacional”, em referência à crise sanitária no país causada pela Covid-19.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), por sua vez, cobrou ações do Ministério da Saúde e coordenação do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), no enfrentamento à pandemia.

Nos últimos dias, várias cidades decretaram lockdown para tentar conter a disseminação do coronavírus, após um colapso no sistema de saúde e um aumento do número de mortes. Na quarta-feira (17), o país registrou 2.736 mortes por Covid, o segundo maior número

da pandemia, e completou 19 dias seguidos de recordes na média móvel de óbitos, que agora chegou a 2.031. Lira participou de uma videoconferência com o ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), promovida pela Conjur.

Na conversa, Lira, líder do centrão, foi questionado sobre quais medidas podiam ser adotadas para que o país saísse da atual situação de crise sanitária. O deputado destacou, entre outros projetos aprovados pelo Congresso, um que facilita a compra da vacina por estados, municípios e empresas. “Não há outras medidas hoje que não sejam facilitar a compra de vacinação, o aumento de leitos e o aumento de vacinas”, disse. “Os brasileiros precisam ter esse conforto, e nós precisamos evitar essa agonia e esse vexame internacional.”

PRECAVIDO

Câmara chegou a retomar modelo 'híbrido' em fevereiro

Lira cita 'agravamento da pandemia' e restringe circulação na Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu na quinta-feira (18) restringir por duas semanas a circulação de parlamentares e funcionários no plenário, nas comissões e nas dependências da Casa.

Até fevereiro deste ano, o acesso à Câmara era restrito a um grupo pequeno de parlamentares e servidores. As sessões eram realizadas de forma virtual, e as votações, registradas por aplicativo de celular. As comissões permanentes ficaram fechadas por todo o ano. Eleito para a presidência da Câmara, Arthur Lira decidiu adotar um modelo híbrido sob o argumento de que era necessário retomar a atividade presencial na Câmara. A votação por aplicativo foi mantida, mas os parlamentares foram autorizados a circular pelas dependências da Câmara. O acesso, antes, só era garantido aos líderes de cada partido.

houver reunião marcada dos respectivos colegiados. No caso de servidores e assessores, será permitido apenas o "número necessário" para viabilizar as sessões e reuniões remotas.

Até fevereiro deste ano, o acesso à Câmara era restrito a um grupo pequeno de parlamentares e servidores. As sessões eram realizadas de forma virtual, e as votações, registradas por aplicativo de celular. As comissões permanentes ficaram fechadas por todo o ano. Eleito para a presidência da Câmara, Arthur Lira decidiu adotar um modelo híbrido sob o argumento de que era necessário retomar a atividade presencial na Câmara. A votação por aplicativo foi mantida, mas os parlamentares foram autorizados a circular pelas dependências da Câmara. O acesso, antes, só era garantido aos líderes de cada partido.

PANDEMIA

A proposição determina a indenização no valor de R\$ 50 mil Congresso Nacional garante indenização a profissionais de saúde vítimas da covid-19

O Congresso Nacional derubou na quarta-feira, 17, veto do presidente da República ao Projeto de Lei 1826/2020, aprovado em julho de 2020 com amplo apoio na Câmara e no Senado. A proposta faz justiça aos profissionais de saúde que estão na linha de frente do combate à covid-19, salvando milhares de vidas.

Um dos principais destaques é o texto do PL 2000/2020, de autoria do deputado Célio Studart (PV-CE), que havia sido incorporado ao projeto aprovado ano passado. A proposição determina a indenização no valor de R\$ 50 mil a familiares de profissionais de saúde vítimas do coronavírus.

A matéria que tinha sido vetada determina, ainda, a indenização aos profissionais que ficaram permanentemente incapacitados após a infecção, como médicos, enfermeiros e fisioterapeutas.

Presidente da Frente



Parlamentar Mista em Defesa da Enfermagem, Célio lembra que a atuação dos profissionais de saúde é fundamental no combate à doença e ressalta a urgência da valorização e respeito pela categoria. Para ele, tanto a indenização por incapacidade quanto aquela a ser paga aos familiares dos que morreram representam o mínimo que o governo deveria fazer diante da atuação desses profissionais.

Dados dos conselhos Federal de Enfermagem (Cofen) e de Medicina (CFM) apontam,

respectivamente, a morte de 624 médicos e 662 enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem desde o início da pandemia. “É inaceitável que o Brasil represente um terço das mortes dos profissionais de Enfermagem do mundo. Essas pessoas trabalham dias e dias sem parar para salvar vidas. O mínimo que podemos fazer é lutar por elas e por seus direitos. A cada profissional de saúde envolvido nesta luta, o sentimento é de profunda gratidão”, ressaltou Célio Studart.

Senador morreu na quinta-feira após luta contra a covid-19

Major Olimpio disse que mãe de Renan Calheiros foi vítima do negacionismo

"Nossas orações de conforto aos familiares dos senadores Arolde de Oliveira e José Maranhão, que nós perdemos, e às mães dos senadores Renan Calheiros e Jayme Campos, que, de certa forma, são vítimas da irresponsabilidade, do negacionismo com que foi tratada a pandemia até então". Ivanilda Vasconcelos Calheiros, 87 anos, morreu em fevereiro.

Foi dessa forma, referindo-se à

gestão do presidente Jair Bolsonaro e do ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, no combate à covid-19, que o senador Major Olimpio (PSL-RJ), que morreu na quinta-feira, 18, em decorrência da doença, abriu seu último discurso presencial no Senado, no dia 11 de fevereiro. A audiência pública contava com a presença de Pazuello, que foi duramente cobrado por Olimpio.

O senador pleiteou a criação

de uma CPI para investigar a atuação do governo federal no combate ao Covid-19 e defendeu a vacinação em massa. "Nós vimos que não era o melhor remédio o 'fique em casa esperando falta de ar'. O tratamento precoce salva vidas, por isso temos falado, dia após dia: não fique em casa". Essa foi uma afirmação de vossa excelência (Pazuello) na sua posse. O senhor ainda corrobora com esse seu discurso? Até porque

também no próprio manual, que depois foi apagado do site do Ministério, de orientação aos profissionais de saúde, há o induzimento para que se use medicamento sem eficácia comprovada", disse Olimpio, referindo-se à cloroquina, em indagação a Pazuello.

"Eu quero lamentar a falta de transparência do governo brasileiro e do Ministério, a ponto de ser necessário se criar um consórcio de veí-

culos de imprensa para informar a realidade dos dados no dia a dia", continuou. "A força-tarefa do SUS fez chegar ao senhor (Pazuello) relatórios, dos quais nós temos cópias, dando conta de que vai faltar oxigênio, gente vai morrer asfixiada, vai faltar, vai faltar, vai faltar! Faltou! E matou! O senhor acredita que fez realmente todos os esforços para evitar que essas vidas fossem perdidas?", indagou.



Bolsonaro evita comentar morte de ex-amigo

Durante cerca de uma hora de duração da sua tradicional live nas redes sociais de toda quinta-feira, o presidente Jair Bolsonaro evitou comentar a morte do senador Major Olimpio (PSL-SP). Ex-aliado do presidente, o senador teve morte cerebral em razão das complica-

ções da covid-19. Enquanto ministros, filhos do presidente e o vice-presidente Hamilton Mourão se pronunciaram sobre a morte do parlamentar, Bolsonaro adotou o silêncio. Major Olimpio é o terceiro senador a perder a vida em função da covid-19. Ele testou positivo



para a doença no dia 2 de março e estava internado na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) São Camilo, em São Paulo.



Calheiros diz que CPI contra governo federal sairá do papel

O Estadão informou nesta sexta-feira, 19, que a morte de Major Olimpio, o terceiro senador vítima de Covid, aumenta a pressão pela instalação da CPI para apurar crimes cometidos pelo governo federal durante a pandemia. Renan Calheiros (MDB) disse ao jornal: "Não cabe ao pre-

sidente do Senado segurar ou não a instalação, a avaliação é técnica e é um direito das minorias. Há fato determinado. A pressão pela abertura da comissão está se generalizando." Em conversa com O Antagonista, o presidente do Senado Rodrigo Pacheco negou que a CPI estivesse



enterrada. "Ela está pendente da apreciação pela Presidência do Senado", respondeu o presidente do Senado, sem definir prazo.



Essas são as nossas primeiras metas de 2021



25 mil kits de material escolar



35 mil kits de limpeza



30 mil cestas de alimentos

Você vem com a gente?

realização



Doa agora: LBV.ORG

apoio



